ZH ZERO HORA

Publicado em 06/05/2022 - 05:54

Juro alto, inflação e cenário externo afetam a retomada do crescimento

Retomada econômica incerta em meio a inflação e juro altos

Cenário externo e problemas domésticos dificultam geração de renda e combate à alta dos preços e ao desemprego

RAFAEL VIGNA
rafael.vigna@zerohora.com.br

Uma tempestade para a economia brasileira está formada no horizonte. Na mesma data em que o Banco Central dos EUA, o Federal Reserve, elevou os juros daquele país na maior magnitude em 22 anos, o do Brasil chegou ao seu nível mais elevado desde 2017, a 12,75%, com projeção de nova alta em junho. O resultado imediato dá amostragem dos efeitos: dólar em alta voltou a romper a marca de R$ 5 e a bolsa brasileira, a B3, caiu 2,81%, para 105.304 pontos.

Por trás das ações, está a tentativa de frear os avanços de uma inflação em descontrole e persistente, em razão da pandemia e da guerra entre Rússia e Ucrânia. O problema é que, no Brasil, dizem os economistas, o remédio se tornou tão nocivo quanto a própria infecção e o novo choque anunciado na reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) de quarta-feira traz na bagagem a perspectiva de desaceleração e até temores de nova recessão, já a partir do segundo semestre.

Isso ocorre, conforme o economista-chefe da Federação da Agricultura do Estado (Farsul), Antônio da Luz, porque expansão econômica necessita de "águas menos agitadas" do que as de agora. Hoje, o país enfrenta dois processos contínuos: de aumento na inflação e de juros. Em ambos, o final dos ciclos permanece desconhecido. E o conflito bélico entre Rússia e Ucrânia eleva as incertezas no planeta.

O resultado, no front interno, diz Luz, é que investimentos e consumo das famílias, já bastante afetados por inflação e juros, tendem a ter novo fator para se retrair.

– Quanto maior a inflação, menor será o PIB e ponto final. A inflação destrói a renda das pessoas. Os juros, que são o principal remédio, ao aumentá-los, se diminui em igual escala a circulação de dinheiro e, por tabela, o crescimento. Então, nesse momento, em que se diminui a base monetária, via taxa Selic (*juro básico*), corta-se qualquer possibilidade de crescimento econômico – analisa.

Medidas como antecipação do 13º salário de aposentados e pensionistas e liberação do FGTS podem "suavizar" o tombo no primeiro semestre, avalia. Porém, na segunda metade do ano, a expansão será "muito baixa e muito aquém do que o Brasil deveria apresentar, na condição de país emergente", diz.

Histórico

Economista-chefe da CDL Porto Alegre, Oscar Frank acrescenta que há 40 anos o país não desfruta de altas sustentáveis pela produtividade e pelo trabalho. Entre os motivos, sistema tributário complexo, burocracia, mercado interno fechado ao Exterior, elevados gastos públicos, insegurança fiscal e baixo nível de capital humano.

– Juros não são causa, são consequência, assim como a origem da própria inflação está associada com ampla agenda de descontroles, paga de maneira ativa por toda a sociedade – resume.

Após 10 altas em 14 meses, para combater os avanços da inflação (que quase dobrou no período, passando de 6,1% em março do ano passado para 11,30% atualmente), os juros no Brasil caminham para atingir a marca de 13,25%, em junho (segundo projeções do mercado), sem ainda terem gerado efeitos de contenção para a crise. Por isso, o professor da UFRGS Flávio Fligenspan afirma que, ao subir a Selic, como manda a cartilha do sistema de metas para conter as altas do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), pressupõe-se encarecer o crédito, na tentativa de desaquecer a economia e, por consequência, derrubar os preços.

– O problema é seguir o mesmo modelo quando a atividade já está enfraquecida. É irônico elevar juros mesmo que tenhamos a economia andando para trás. Nossa inflação não está no consumo das famílias. Passa, sim, por outros fatores, como custos dos derivados do petróleo no mercado internacional, taxa de câmbio e quebra das cadeias produtivas – argumenta Fligenspan.

Para Frank, o panorama atual aponta para, pelo menos, dois anos de inflação fora da meta: em 2022 e 2023, podendo se alastrar, como antecipam alguns relatórios de bancos, até 2024. Entre os motivos, ele cita as incertezas com os rumos da guerra e a recuperação de plenitude da organização nas cadeias produtivas. É o que faz com que esse conhecido problema da economia brasileira também seja, no momento, uma preocupação global, em países com memória inflacionária menor, caso dos Estados Unidos.

Sob tempestade

Elementos que desafiam volta do crescimento

	A situação	Efeitos
INFLAÇÃO	• Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) a 11,30% em 12 meses • Projeção de alta e estouro da meta de inflação em 2023 e 2024	• Distorção e elevação de preços relativos na economia do país • Redução de investimentos e dificuldades de planejamento • Corrosão do orçamento e da capacidade de consumo das famílias
JUROS	• Taxa Selic definida pelo Banco Central a 12,75% ao ano • Projeção de nova alta em junho	• Dificuldade de acesso e encarecimento do crédito para pessoas e empresas • Desestímulo ao consumo e aos investimentos produtivos e de empreendedorismo • Pressão sobre serviços financeiros, como empréstimos bancários e taxa do cartão
EMPREGO	• Taxa de desemprego calculada pelo IBGE a 11,1% • São 12 milhões de desempregados	• Diminuição da renda e do consumo de bens e serviços • Empobrecimento da população e desaquecimento da economia • Redução da atividade produtiva, afetando todos os setores
CÂMBIO	• Dólar de volta ao patamar de R$ 5 • Desvalorização do real em 4,9% em abril e fluxo negativo (entradas e saídas) de R$ 5,9 bilhões no mês passado	• Aumento de custos em bens e serviços referenciados em preços internacionais • Pressão inflacionária mais elevada, principalmente, nos produtos importados • Elevação de preços nos insumos agrícolas com efeito no custo final dos alimentos

Efeito benigno do câmbio via exportações poderia amenizar pressões

Para romper o que pode ser considerado um ciclo vicioso originado a partir da inflação, existe um elemento que serve como espécie de curinga. Trata-se do câmbio. Só que, outra vez, o horizonte não é animador.

Valter Bianchi Filho, sócio-diretor da Fundamenta Investimentos, explica que, com o real menos desvalorizado frente ao dólar, seria possível desinflacionar a economia, aumentar a renda (a per capita é balizada em moeda norte-americana), reduzir juros e voltar a gerar crescimento econômico, impulsionado pela atividade doméstica. Esse é também ponto de partida para atacar o desemprego.

O problema, acrescenta, é que se a alta dos juros nos EUA for além das expectativas atuais, de 3,25%, o Brasil teria de acompanhar a movimentação para acomodar as diferenças, o que ampliaria a desaceleração interna. Ainda assim, para Bianchi, o ano não será perdido, mas haverá "dois países" distintos em atividade.

O primeiro é o que se beneficia das exportações, em razão da alta no preço das commodities e a maior competitividade gerada também a partir do real desvalorizado. O segundo, do consumo e da produção doméstica, não terá mesma sorte. Sofre mais com a inflação e depende da volta do crescimento econômico para respirar, diz:

– Mas, se tudo der certo e se tivermos ciclo parecido com o início dos anos 2000, os bons frutos da exportação acabam gerando renda, valoriza o real sobre o dólar e pode impulsionar renda e consumo, num ambiente que, se tiver a inflação controlada, ficaria ainda melhor – pondera.

Economista-chefe da Fecomércio-RS, Patrícia Palermo também vê papel de destaque para o câmbio, mas, com base em relatório do Fundo Monetário Internacional (FMI), sustenta que o PIB nacional não crescerá tão cedo. Expectativas da instituição indicam que, até 2027, a média será de 1,4% ao ano. Entre 2000 e 2007, o desempenho foi de 3,6% e, de 2008 a 2019 (ano anterior a pandemia), de 1,4%.

– Temos sequência de anos fracos, com várias conjunturas. Em comum, o Brasil cresceu menos que seus pares e do que a média mundial. Algo está muito errado – diz.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Seção: Economia **Pagina:** 18

Copyright © Clipclap 2025.